



# DIÁRIO OFICIAL DE ROSÁRIO DO SUL

Prefeitura Municipal de Rosário do Sul (RS)  
Amaro Souto, 2203 - Centro - CEP: 97590-000  
Lei Ordinária nº 4.391/2025  
[www.rosariodosul.rs.gov.br](http://www.rosariodosul.rs.gov.br)  
LEI Nº 4.391/2025

12/01/2026

EDIÇÃO Nº 124 / ANO 2026

## GOVERNO MUNICIPAL

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

#### LEI ORDINÁRIA Nº4527/2026

**Autoriza o Município de Rosário do Sul a receber, em dação em pagamento, imóveis pertencentes à empresa Tristão Imóveis Ltda., para fins de extinção de crédito tributário e indenização complementar, e dá outras providências.**

Excelentíssimo Senhor **MARCOS PAULO SILVA DA LUZ**, Prefeito Municipal, faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, em dação em pagamento, para fins de compensação de crédito tributário e indenização decorrente da utilização de área particular pelo Município, os seguintes imóveis de propriedade da empresa Tristão Imóveis Ltda., CNPJ nº 91.726.463/0001-90:

I – Lote nº 12 da Quadra 15, do Loteamento Jardim Paraíso, Matrícula nº 9.888 do Registro de Imóveis de Rosário do Sul;

II – Lote nº 13 da Quadra 15, do Loteamento Jardim Paraíso, Matrícula nº 10.287 do Registro de Imóveis de Rosário do Sul.

Parágrafo único. Os imóveis referidos neste artigo encontram-se ocupados pelo Município em razão da implantação da Rua Luís Vicente Neves, conforme verificado no Processo Administrativo nº 2025/03/001611.

**Art. 2º** Os imóveis descritos no art. 1º foram objeto de avaliação técnica administrativa, constante do Processo Administrativo nº 2025/03/001611, que fixou:

I – valor do Lote 12: R\$ 30.000,00;

II – valor do Lote 13: R\$ 30.000,00.

Parágrafo único. O valor total atribuído aos imóveis é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

**Art. 3º.** O valor total dos imóveis descritos no artigo anterior será utilizado para extinguir, na forma do art. 156, XI, do Código Tributário Nacional, o crédito tributário relativo a IPTU, devidamente reconhecido e atualizado pelo Departamento de Arrecadação, no montante de:

I – R\$ 50.395,08 (cinquenta mil, trezentos e noventa e cinco reais e oito centavos).

§ 1º - A dação em pagamento extingue integralmente o crédito tributário mencionado no caput.

§ 2º - O Departamento de Arrecadação providenciará a baixa integral dos débitos, atualização cadastral e demais registros contábeis decorrentes.

**Art. 4º** - Considerando o valor total dos imóveis (R\$ 60.000,00) e o valor da dívida tributária (R\$ 50.395,08), o Município efetuará à empresa indenização complementar no valor de R\$ 9.604,92 (nove mil, seiscentos e quatro reais e noventa e dois centavos).

Parágrafo único. O pagamento da indenização será efetuado em moeda corrente, mediante dotação orçamentária própria, após a formalização da dação e registro dos imóveis em nome do Município.

**Art. 5º.** A dação em pagamento será formalizada mediante:

I – termo administrativo assinado pelas partes;

II – quando necessário, escritura pública;

III – registro no Ofício de Registro de Imóveis;

IV – incorporação dos imóveis ao patrimônio municipal.

**Art. 6º.** As despesas decorrentes da indenização prevista nesta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.



# DIÁRIO OFICIAL DE ROSÁRIO DO SUL

Prefeitura Municipal de Rosário do Sul (RS)  
Amaro Souto, 2203 - Centro - CEP: 97590-000  
Lei Ordinária nº 4.391/2025  
[www.rosariodosul.rs.gov.br](http://www.rosariodosul.rs.gov.br)  
LEI Nº 4.391/2025

12/01/2026

EDIÇÃO Nº 124 / ANO 2026

**Art. 7º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO DE ROSÁRIO DO SUL**, em 09 de janeiro de 2026.

**MARCOS PAULO SILVA DA LUZ,**

Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.

Nelson Rocha Rodrigues Junior

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos.

Publicado por: Dyuli Soares - Agente de Comunicação  
Código identificador: cc5c1a48-75a1-4b06-a45d-db4a40968951